

Reseña Review

Kevin Anderson. *Marx at the margins: on nationalism, ethnicity, and non-Western societies.* (Chicago: The University of Chicago Press, 2010 [2016]), 344 p.

Felipe Ziotti Narita

Universidade Estadual Paulista, Universidade de São Paulo
fznarita@gmail.com

Fecha de recepción: 21 de junio de 2017

Fecha de aprobación: 12 de agosto de 2017

Publicado originalmente em 2010, em 2016 o livro *Marx at the margins*, de Kevin Anderson (sociólogo da Universidade da Califórnia), ganhou uma edição expandida com um novo prefácio em que o autor discute as anotações de Marx, de 1879-1882, e a influência de Raya Dunayevskaya sobre sua interpretação do autor alemão. De partida, uma questão metodológica importante deve ser ressaltada: o valioso estudo de Anderson dedica atenção especial aos textos jornalísticos de Marx. Em vez de temas ocasionais ou meramente descritivos e informativos, o autor demonstra como esse conjunto de escritos constitui momentos fundamentais na elaboração da teoria marxiana para além dos livros e textos mais conhecidos na discussão teórica das ciências sociais (*O capital*, os *Grundrisse* etc.). Não se trata, bem entendido, de descartar as obras maiores de Marx. O esforço de Anderson, antes, reside na tentativa de combinar a elaboração do quadro teórico com o dinamismo das publicações jornalísticas que, junto às duas principais compilações dos escritos de Marx e de Engels – a *Marx-Engels Werke* (MEW) e a *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA) –, formam um volume impressionante de textos destinados a periódicos norte-americanos, britânicos, austríacos e alemães.

A tematização das regiões periféricas (antigos espaços coloniais e regiões deslocadas da Europa Ocidental) adquire centralidade no livro de Anderson. Nesse sentido, uma difusão de circuitos da modernidade oitocentista surge como um painel integrado pelo desenvolvimento da modernidade capitalista: o domínio britânico na Índia; a atuação da Companhia das Índias Orientais na Indonésia; o comércio de ópio e as rebeliões na China a partir dos anos 1850; as nacionalidades dentro do Império russo e as comunas rurais daquela formação social; a chamada “Questão Oriental”

(*Eastern Question*) tão presente nos textos de Marx, que analisou exaustivamente a posição do Império otomano, os interesses ocidentais e russos (guerra na Crimeia), bem como a explosiva questão balcânica (independência grega, controle do Bósforo etc.); a questão irlandesa; a guerra civil nos Estados Unidos; o tema da nação na Polônia (especialmente as rebeliões de 1846 e 1863, e a dominação da Rússia, Prússia e dos Habsburgo, colocando a emancipação nacional polonesa no centro das preocupações da política revolucionária); etc. Nacionalidade, colonialismo e capitalismo são pensados como fios que amarram conceitualmente esse vasto material de análise, de modo que o *tour de force* da pesquisa consiste em demonstrar como a análise das formações sociais periféricas assinala elementos significativos para novos ângulos de entendimento do materialismo histórico e de constituição da modernidade capitalista.

Kevin Anderson não adota a conhecida premissa estruturalista de Althusser sobre o corte epistemológico entre os dois Marx. A virada conceitual entre os textos juventude e os de maturidade, para Althusser,¹ reside, *grosso modo*, no abandono do humanismo e do racionalismo liberal-comunitário dos primeiros textos em prol da fundamentação de dois ferrões (teoria da história e materialismo dialético) que implicam o desvelamento do “continente-história” a partir da sistematização da teoria social e do trabalho com as categorias da crítica da economia política. Anderson, contornando esse debate, indica outra possibilidade de leitura: uma virada fundamental nos textos de Marx é identificada nos anos 1850, com a abertura da dialética materialista aos circuitos internacionais da modernidade capitalista e sua multidimensionalidade de formações sociais em interação. Nesse sentido, entre 1853 e 1858, a partir dos textos sobre a Índia e do apoio de Marx à resistência anticolonial na China, a pluralidade dos espaços periféricos e suas formações sociais colocariam novos elementos no horizonte da teoria marxiana.²

Essa percepção possui implicações teóricas importantes. Por um lado, existe uma proximidade entre Anderson e as análises de Raya Dunayevskaya, que de maneira muito original situava o colonialismo como estrutura fundamental no reconhecimento da diversidade de formações sociais do circuito da modernização capitalista, além de indicar, sobretudo a partir dos *Grundrisse* de Marx, a formação de uma periferia estruturalmente ligada à expansão capitalista.³ Assim, em vez de qualquer tipo de “evolucionismo social” (que, a bem da verdade, marcaria parte dos últimos textos de Engels), a atenção de Marx aos antigos espaços coloniais e não-ocidentais evidencia a articulação das diversas regiões do globo em um sistema, sobretudo a partir da se-

1 Althusser, Louis. *Écrits philosophiques et politiques*. V. 1 (Paris: Stock, 1997), 459. Althusser, Louis. *Pour Marx*. (Paris: La Découverte, 2005), 25-27.

2 Anderson, Kevin. *Marx at the margins: on nationalism, ethnicity, and non-Western societies*. (Chicago: The University of Chicago Press, 2010 [2016]), 237.

3 Dunayevskaya, Raya. *Rosa Luxemburg, women's liberation, and Marx's philosophy of revolution*. (Nova Jersey: Humanities Press, 1982), 136.

gunda metade do século XIX. Portanto, o entrelaçamento entre os espaços periféricos e o desenvolvimento da modernidade capitalista é pensado a partir da constituição de *circuitos*, ou seja, como um conjunto de processos co-determinados,⁴ em vez de reificados como exterioridades (modernidade/sociedades tradicionais, dinamismo ocidental/regime de “faltas” das regiões periféricas, influência/influenciado etc.).

Um importante impasse teórico, portanto, é inevitável: se a figura do proletariado é central na teoria histórico-social de Marx, tanto como categoria da estratificação de classes (capital/trabalho, burgueses/proletários etc.) quanto como constituição de uma nova subjetividade implicada na formação do capitalismo, essa figuração típica das sociedades industriais da Europa Ocidental não era propriamente o núcleo das formações sociais em regiões periféricas. Aqui reside um dos grandes méritos do livro de Anderson. A *teoria do proletariado*, como classe portadora da universalidade, certamente é fundamental na abordagem marxiana – ou, como Merleau-Ponty afirmava em sua *sui generis* aproximação do humanismo marxista à fenomenologia hegeliana, o proletariado como sujeito (classe) que, em função da universalidade da forma-mercadoria, se desprende da particularidade e ancora a teoria do reconhecimento de uma *situação* baseada na experiência de formação da consciência.⁵ Uma dinâmica de subjetivações, no entanto, emerge para além das sociedades industriais da Europa Ocidental no oitocentos, de modo que a teoria social de Marx não se restringe às contradições objetivas dos centros industriais capitalistas da segunda metade do século XIX.

Entrecruzando a variedade dos textos publicados em jornais com o próprio desenvolvimento das categorias fundamentais do materialismo histórico, especialmente nos *Grundrisse* (1857-1858), Anderson evidencia a multiplicidade das transformações da modernidade nas subjetividades envolvidas, para além da figura do proletariado industrial, constituindo um sistema-mundo capitalista em movimento.⁶ Nesse sentido, em vez de componentes passivos e refratários às transformações estruturais da modernidade capitalista, as periferias e os antigos espaços coloniais estruturam dimensões importantes para o entendimento do colonialismo, entrelaçado à aceleração das transformações materiais da modernidade, a partir do que o próprio Marx chama de a abrupta expansão (*plötzliche Ausdehnung*) do mercado mundial.⁷

Esse último ponto é fundamental para o entendimento da periferia e de seu dinamismo interno, na medida em que os antigos espaços coloniais não são pensados em uma relação de exterioridade diante da reprodução do capital e das forças estruturantes da modernidade capitalista. A presença do moderno e da razão burguesa em antigos espaços coloniais, longe de qualquer realidade postíça ou ideia fora do lugar, não blo-

4 Katz, Claudio. “Marx et la périphérie”. *Contretemps*, Paris, 16 jan. 2017.

5 Merleau-Ponty, Maurice. *Humanisme et terreur*. (Paris: Gallimard, 1960), 122-123.

6 Anderson, *Marx at the margins...*, 25-28.

7 Marx, Karl. *Das Kapital*. V 3 (Berlin: Dietz, 2010), 345.

queia um circuito estrutural de transformações nessas formações sociais. Marx, aliás, aponta a dialética que constitui a periferia do sistema-mundo capitalista: o avanço das forças produtivas e do circuito do capital em regiões periféricas é desenvolvido *pari passu* às lutas de resistência anticolonial. Nesse sentido, nos estudos sobre as revoltas de 1857 e 1858 na Índia, a posição anticolonial de Marx é alicerçada pelo reconhecimento da autonomia e auto-atividade dos colonizados,⁸ matizando a ideia de uma “sociedade tradicional” (opaca às transformações da modernidade e imóvel em sua história) e abandonando as visões, por assim dizer, eurocêntricas do conhecido artigo de 1853 sobre o domínio (*rule*) britânico na região. Nesse contexto, a própria emergência dos rebeldes de Taiping acrescenta, ao desenvolvimento das forças produtivas desencadeadas pela expansão capitalista na Ásia, a atividade interna de um espaço colonial na produção de novas subjetividades no processo de modernização social.⁹

A própria interpretação de Anderson em relação ao *Manifesto do Partido Comunista* pode ser debatida à luz dessas considerações. O autor analisa o *Manifesto* como a configuração de uma modernização social unívoca que submeteria todas as regiões ao modelo de produção e reprodução do capitalismo dos centros industriais da Europa Ocidental (o que revelaria certo eurocentrismo nas visões de Marx e Engels no fim dos anos 1840).¹⁰ Esse debate é enorme nas ciências sociais, remetendo às críticas de James Petras e ao esboço de uma teoria materialista do reconhecimento com Losurdo, de modo que precisa ser muito bem matizado. De fato, o eixo do texto de 1848 é a atividade (*Tätigkeit*) da razão burguesa e sua contrapartida dialética analisada através das categorias da economia política e dos sujeitos conformados pela mágica (*hervorgezaubert*) dos meios de produção e circulação (*Verkehrsmittel*) da modernidade capitalista. Contudo, seguindo os passos do texto de 1848, esses mesmos agentes de transformação são os feiticeiros incapazes de dominar os poderes (*Gewalt*) subterrâneos por eles próprios desencadeados. Nesse sentido, a própria formação da modernidade capitalista como *sistema-mundo* capitalista, por meio da integração estrutural de suas partes e da autonomização do sistema social de troca de mercadorias (modernização), apresenta algumas questões ao argumento de Anderson a respeito de um eurocentrismo monolítico no texto de 1848.

Uma dessas questões é a construção de uma estrutura cosmopolita de reprodução do capital (o circuito da modernidade capitalista e a ideia da “propriedade comum” – *Gemeingut* – do *Manifesto*) que coloca o dinamismo da razão burguesa à prova diante do desnudamento das transformações materiais e do “caráter bizarro das novas formações sociais”,¹¹ conformando a aceleração das novas forças sociais e a integração assimétrica das novas periferias no sistema-mundo. A rigor, talvez o que exista no

8 Anderson, *Marx at the margins*, 34-35.

9 Anderson, *Marx at the margins*, 29.

10 Anderson, *Marx at the margins*, 14-17.

11 Berman, Marshall. *Adventures in Marxism*. (Nova York: Verso, 1999), 30.

texto de 1848 é um ponto cego, ou seja, a ausência de uma *crítica* do colonialismo, entendido como colonialidade do poder ou como sobreposição de dominações,¹² e de seu reconhecimento como difusão da multiplicidade de núcleos de conflito social na reprodução ampliada do capital em seus circuitos mundiais. Portanto, malgrado o peso das transformações da Europa Ocidental como uma dinâmica histórica (fato muito bem indicado por Kevin Anderson), o *Manifesto* não pode ser reduzido a uma univocidade ou unilinearidade no processo social, na medida em que ele condensa uma visão *dinâmica* da modernidade. A autonomização do sistema social de trocas como socialização da forma-mercadoria e dos processos de valorização (o *Verwertung* de Marx) em escala mundial, na segunda metade do século XIX, é dialeticamente entrelaçada às mediações das formações periféricas, constituindo estruturas que amarraram os antigos espaços coloniais aos múltiplos circuitos da modernização capitalista e seus impactos universais.

Esse circuito, como o epígono do que Robert Kurz chamou de a moderna socialização do valor (*Wertvergesellschaftung*) construída sobre a economia dos canhões,¹³ assinala uma imagem fundamental das esferas de circulação nos espaços de produção e reprodução da modernidade do século XIX: a violência, ou seja, a parteira da nova forma social, tal como Engels afirmava no *Anti-Dühring* e o próprio Marx insistia no primeiro livro de *O capital* em sua análise do sistema mercantil e da teoria da colonização moderna nas Américas. Esse argumento caminha em duas direções. De um lado, a violência britânica na China (vide os textos referentes à primeira guerra do ópio) e na Índia (repressão à rebelião de 1857), tematizada ao lado do progresso técnico constituído nos circuitos universais do capitalismo industrial, desvela a dialética da destrutibilidade da modernidade, minando qualquer entusiasmo *naïf* de Marx em relação a uma unilinearidade histórica no desenvolvimento das sociedades.¹⁴ Por outro lado, ao decompor analiticamente as conexões entre capitalismo e escravidão,¹⁵ construindo a base teórica de argumentos e de debates fundamentais para as ciências sociais nos séculos XX e XXI (C. R. L. James, Moreno Friginals, Dale Tomich, Emília Viotti da Costa, Eduardo Grüner etc.), Marx demonstra, por meio de uma crítica severa (redigida em francês) ao método e às categorias da economia política de Proudhon, que o escravismo moderno, como categoria econômica da formação do sistema social, é o núcleo (*pivot*) estrutural do sistema-mundo capitalista construído sobre a violência das colonizações, criando o comércio universal, a industrialização, o sistema de créditos, etc.¹⁶

12 Quijano, Aníbal. “Colonialidad y modernidad/racionalidad”. *Perú Indígena* 13.29. 1992. Grosfoguel, Ramón. “Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political economy”. *Transmodernity* 1, 2011.

13 Kurz, Robert. “Blutige Vernunft: 20 Thesen gegen die sogenannte Aufklärung und die westlichen Werte”. *Krisis* 25.6, 2002.

14 Anderson, *Marx at the margins*, 222.

15 Anderson, *Marx at the margins*, 79.

16 Marx, Karl. *Misère de la philosophie*. (Paris: Payot, 2002), 164.

A autodeterminação nacional, nos textos de Marx e de Engels, constitui um tema fundamental para a constituição do sistema social e sua dinâmica na modernidade capitalista.¹⁷ A nação não é uma determinação essencial dos povos, tampouco uma destinação ou morfogênese histórica/cultural (o que distancia bastante o materialismo histórico dos temas românticos de um Herder ou de um Goethe). A questão nacional, nesse sentido, jamais diz respeito apenas à autodeterminação: ela é pensada, sobretudo, nos quadros de uma estrutura social de produção, reprodução e circulação de subjetividades materializadas nas formações sociais.

Engels, em um artigo de fevereiro de 1849 escrito ainda no calor das derrotas de 1848,¹⁸ analisava a guerra entre os Estados Unidos e o México pelo Texas indicando como, num confronto entre duas nações baseadas na soberania (*souveräne Wille*) republicana, para além do ferimento de princípios morais de reconhecimento (justiça, humanidade, respeito etc.), o eixo do processo histórico (*weltgeschichtliche Tatsache*), com a vitória norte-americana, residia antes no dinamismo das forças sociais que produziriam meios de circulação da forma-mercadoria, vida urbana, estruturas de comunicação e transporte etc. Assim, a determinação nacional não faz referência a uma narrativa puramente identitária: ela é analisada, malgrado a violação (*verlezt*) dos princípios morais, nos quadros de um circuito de modernização social estruturado pela produção do valor e de sua reprodução material (capital). Rosa Luxemburgo (1976) sintetiza a questão muito bem: a auto-determinação nacional e a vontade geral supostamente emanada da soberania popular de cidadãos (vide, nesse sentido, o paradigmático caso das independências e de seu amplo repertório liberal na América Latina do início do século XIX, conforme a análise da própria teórica polonesa) tornam-se princípios puramente abstratos se são desvinculados das coordenadas materiais dos circuitos da modernização capitalista.¹⁹

Kevin Anderson analisa com maestria as nuances e o dinamismo dos textos jornalísticos e dos excertos de Marx sobre as regiões periféricas, mas seu volumoso estudo deixa escapar um ponto fundamental ao não discutir os excertos e os artigos de Marx relativos à Espanha. Nesses textos, Marx desenvolve pontos importantes para o entendimento do mundo ibérico e da crise estrutural que, a partir do final do século XVIII, rearticulava a periferia americana na esteira dos processos de independência. Contando com notas mescladas em alemão e em inglês, eivadas por sua conhecida ironia cáustica, Marx analisava, nos cadernos sobre a Espanha, as “camarilhas” da história espanhola,²⁰ desenvolvendo *pari passu* à imagem de imobilidade de uma ibé-

17 Anderson *Marx at the margins*, 151.

18 Engels, Friedrich. “Der demokratische Panslawismus”. In: *Marx/Engels Werke*. (Berlim: Dietz, 1961), 273. (MEW, 6)

19 Luxemburgo, Rosa. *The national question*. (Nova York: Monthly Review Press, 1976).

20 Marx, Karl. “Exzerpte zur Geschichte Spaniens (Heft 1-5)”. In: *Marx/Engels Gesamtausgabe*. (Berlim: Akademie Verlag, 2007), 421-424. (MEGA IV, 12)

ria monástica, patrimonialista e absolutista, o impacto do ciclo revolucionário do fim do século XVIII e das transformações histórico-universais do início do século XIX. Conforme as palavras do próprio Marx,²¹ um ciclo de revoluções colocaria na ordem do dia as “invenções mais incendiárias do jacobinismo”, tal como na valiosa série publicada em inglês no *New York Daily Tribune*, em que Marx analisa a constituição espanhola de Cádiz, em 1812, como signo da modernidade política na desestabilização dos antigos impérios coloniais ibéricos e, sobretudo, na circulação de um rico repertório temático sobre o político (cidadania, constituição, república, soberania, etc.) nos mundos caribenho e atlântico.

De todo modo, o valioso espectro temático/conceitual oferecido por Anderson situa, no núcleo da teoria histórico-social de Marx, a multidimensionalidade das formações sociais e seu tensionamento dialético sob os impactos do desenvolvimento capitalista. Trata-se, sobretudo, de um importante esforço teórico que, somado a um conjunto significativo de trabalhos nas ciências sociais nas últimas décadas,²² repensa parâmetros para um novo materialismo histórico concebido à luz de uma miríade de subjetividades, contra-discursos, resistências e mediações nos circuitos do capital e do valor para o entendimento da constituição do contemporâneo.

21 Marx, Karl. “Revolutionary Spain”. In: *Marx/Engels Gesamtausgabe*. (Berlim: Dietz, 1985), 444. (MEGA I, 13)

22 Czczot, Katarzyna; Marzec, Wiktor; Pospiszyl, Michał (Ed.). *Repressed histories of the 19th century*. (Vol. 23) (Poznań: Praktyka Teoretyczna, 2017); Chibber, Vivek. *Postcolonial theory and the specter of capital*. (Nova York: Verso, 2013); Bartolovich, Crystal; Lazarus, Neil (Ed.). *Marxism, modernity, and postcolonial studies*. (Cambridge: Cambridge University Press, 2002); Dussel, Enrique. *Marx y la modernidad*. (La Paz: Rincon, 2008); Echeverría, Bolívar. *Crítica de la modernidad capitalista*. (La Paz: Oxfam, 2011); Therborn, Göran. “Dialectics of modernity”. *New Left Review*, vol. 215, 1996.